



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**Distribuidoras Designadas do Grupo Eletrobrás: Análise do
Novo Regime**

Ticiane Freitas de Sousa

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos
Setores Energético e Mineral

Brasília, junho de 2017.



Ticiane Freitas de Sousa

**Distribuidoras Designadas do Grupo Eletrobrás:
Análise do Novo Regime**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Orientador: Leonardo Lima

Brasília, junho de 2017.

Agradecimentos

À Clarice, pequena filha, pela ausência.

Resumo

Freitas de Sousa, Ticiania. Lima, Leonardo. Brasília, 2017. 2 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As empresas distribuidoras de energia do Grupo Eletrobrás não tiveram suas concessões renovadas, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013, de modo que foram designadas para continuar explorando o serviço, em nome da União. Essa designação acabou constituindo-se em nome regime da exploração, que será objeto deste estudo, de cunho descritivo. Considerando a novidade do regime, o referencial é basicamente normativo e regulatório. Ao final do período definido para esta exploração, as distribuidoras passarão por um processo de troca de controle acionário, ocasião em que se avaliará concretamente o sucesso do novo regime. Por fim, o resultado destas privatizações deve ser objeto de futuro estudo.

Palavras- chave

Designadas

Eletrobrás

Distribuidoras

Concessão

Privatização

Sumário

<u>1. introdução</u>	<u>1</u>
<u>1.2. Objetivo</u>	<u>2</u>
<u>1.3 Delimitação do tema</u>	<u>3</u>
<u>1.4. Relevância</u>	<u>4</u>
<u>2. Referencial Regulatório</u>	<u>4</u>
<u>3. Distribuidoras do Grupo Eletrobrás</u>	<u>13</u>
<u>3.1. CEA</u>	<u>14</u>
<u>4. Privatizações e Alteração na Lei do PND</u>	<u>16</u>
<u>5. Conclusão</u>	<u>19</u>
<u>6. Bibliografia</u>	<u>21</u>

1. Introdução

A edição pelo Governo Federal da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, provocou mudanças estruturais na exploração de concessões de energia elétrica outorgadas anteriormente à Constituição Federal de 1988, ao criar requisitos e nova forma de remuneração para a prorrogação das concessões por ela atingidas.

Dentre as diversas alterações trazidas pelo novo ato normativo, destaca-se aquela que dispôs que as concessões não prorrogadas, seja porque não optaram pela renovação (como de fato aconteceu e foi amplamente divulgado à época) ou porque tiveram seus requerimentos de prorrogação indeferidos, teriam a continuidade do serviço ora concedido explorado no novel regime de designação para a prestação temporária, em nome da União, até a assunção de novo concessionário.

As empresas do Grupo Eletrobrás detém muitas dessas concessões antigas, de modo que aderiram maciçamente aos ditames preconizados pelo novo marco jurídico de exploração de concessões de energia elétrica inauguradas pela Medida Provisória nº 579, de 2012, em especial as gerações e transmissões. Várias de suas subsidiárias assinaram aditivos aos contratos de geração e transmissão, como por exemplo Furnas, Chesf e Eletrosul.

Acontece que o mesmo fenômeno não se repetiu no segmento de distribuição de energia elétrica, sendo que as concessões não foram prorrogadas porque assim seus detentores não quiseram, por razões empresariais.

Desta forma, em 05 agosto de 2016, as seis Empresas do grupo Eletrobrás que não tiveram suas concessões prorrogadas foram designadas para prestar o serviço público de distribuição em suas áreas de concessões, em nome da União, demandando rápida regulamentação do tema.

Aponta-se que a data prevista para cessar esse regime é a privatização das empresas, com a respectiva troca do controle acionário a acontecer ainda no corrente ano de 2017 ou, caso não ocorra neste ano ou o leilão seja deserto, no dia 31 de dezembro essa modalidade de exploração deve acabar. Assim, como o regime está vigente, importa observar que atos e normas continuam sendo editadas para regularizar esta exploração.

1.2 Objetivo

Com a edição das Portarias do Ministério de Minas e Energia em agosto de 2016 designando as empresas do Grupo Eletrobrás, é a primeira vez que o serviço público de distribuição é explorado neste regime que não é uma usual concessão ou permissão, nem mesmo se equipara à intervenção administrativa regida pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conhecida como Lei Geral de Concessões, e Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, embora alguns de seus institutos sejam equivalentes. Como informado, trata-se de designação para prestação do serviço, em nome da própria União, que é titular do serviço.

É por esse ineditismo que o presente trabalho pretende fazer uma análise descritiva sobre este novo regime e sobre os atos normativos que o regulamentam.

1.3 Delimitação do tema

A Lei nº 12.783, de 2013, como norma jurídica que é, dirige-se indistintamente a todos os destinatários que possuem as características em seu corpo descritas. Desta forma, a designação pode ser atribuída a todas as concessões, nos segmentos de geração, transmissão e distribuição antigas. Embora já exista designação de geração (como por exemplo a Portaria MME nº 189, de 6 de junho de 2013, que designou Furnas para prestar o serviço de geração de energia por meio da UHE Dona Rita), e transmissão (a Portaria MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016, designou a Amazonas Geração e Transmissão S.A. para prestar o serviço de transmissão no Estado do Amazonas), o enfoque da presente análise será este regime específico nas distribuidoras.

Esta opção se justifica porque no caso das designações em geração e transmissão, o que se verificou foi uma continuidade na prestação do serviço. Basicamente é a mesma concessionária antiga que se manteve na condução do negócio. A alteração mais significativa em geração foi a mudança da remuneração e a comercialização da energia em regime de cotas. Na transmissão não se aponta nenhuma modificação digna de nota. A distribuição, que atende diretamente o consumidor final, foi onde se verificaram alterações sensíveis na exploração do serviço.

Como já exposto, o rol de empresas que poderiam se submeter concretamente à Medida Provisória nº 579, de 2012, foram divulgadas à época de sua edição, sendo de fácil percepção avaliar que as subsidiárias do Grupo Eletrobrás seriam amplamente impactadas porque detinham muitas dessas concessões antigas, nos três segmentos (G, T e D).

Apenas o segmento de distribuição da Eletrobrás optou por não prorrogá-las. Desta forma, o enfoque deste estudo será a designação das distribuidoras do grupo Eletrobrás.

1.4 Relevância

Como já foi informado, o regime de designação para prestação de serviço público de distribuição é inédito no Brasil. Embora Leis, Decretos, Portarias e Resoluções sobre o tema já tenham sido editadas, ainda não há estudo sistematizando a matéria, o que demonstra a importância desta pesquisa.

É relevante também conhecer o resultado da designação nas empresas do Grupo Eletrobrás, em função de sua grande adesão (todas as distribuidoras), lembrando que o sucesso do regime poderá ser dosado com o resultado das privatizações, previsto ainda neste ano de 2017.

Ressalte-se que estas primeiras designações de distribuidoras servirão de precedentes para todas as outras e que a conclusão desta pesquisa poderá servir de insumo para futuras políticas do setor ou mesmo algumas modificações na atual política.

2 . Referencial Regulatório

Esta pesquisa levará em consideração especialmente análise documental, em especial os atos normativos que regem a matéria, desde a edição de medida provisória até leis, abrangendo também portarias do Ministério de Minas e Energia e Resoluções da ANEEL.

Também serão analisadas informações disponíveis no próprio sítio eletrônico das empresas do Grupo Eletrobrás. A pesquisa será essencialmente descritiva.

Repise-se que este regime de designação para prestação do serviço público estava inicialmente previsto na Medida Provisória nº 579, de 2012, embora não seja necessariamente uma novidade. A já mencionada Lei nº 12.767, de 2012, que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, já dispunha que em casos de caducidade ou falência de concessões de distribuição, o poder concedente poderia designar um prestador de serviço para assumir a concessões. Porém, de fato ainda não ocorreu designação nos termos deste ato legal.

Foi apenas com a recusa de alguns concessionários em não renovar suas concessões que o instituto se tornou efetivo, cabendo rápida regulamentação do seguinte dispositivo da Lei nº 12.783, de 2012, *ipsis litteris*:

Art. 9º Não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas por esta Lei.

§ 1º Caso não haja interesse do concessionário na continuidade da prestação do serviço nas condições estabelecidas nesta Lei, o serviço será explorado por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que seja concluído o processo licitatório de que trata o art. 8º.

Na verdade, este dispositivo trata de dois regimes de exploração. Um está previsto no *caput*, em que o próprio concessionário se mantém na

prestação do serviço, até que haja licitação. É o que aconteceu, por exemplo, com CELG Geração e Transmissão, que foi designada para responsável pela prestação de serviço da UHE São Domingos, que era dela mesma (Portaria MME nº 352, de 10 de outubro de 2013). O mesmo ocorre com a CEA, também distribuidora, caso que será comentado adiante.

Noutra linha, o parágrafo primeiro cuida das concessões em que a concessionária atual não quer permanecer na prestação do serviço até a assunção de novo concessionário e portanto a União deve designar alguém, em seu nome, para manter o serviço. Por esta razão, este órgão ou entidade deve fazer parte da administração pública federal. E é por agir em nome do titular do serviço que a Lei fez prever uma série de prerrogativas para esta designação, a ver:

Art. 9º ...

§ 2º Com a finalidade de assegurar a continuidade do serviço, o órgão ou entidade de que trata o § 1º fica autorizado a realizar a contratação temporária de pessoal imprescindível à prestação do serviço público de energia elétrica, até a contratação de novo concessionário.

§ 3º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá receber recursos financeiros para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço público de energia elétrica.

§ 4º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e

Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela Aneel.

§ 5º As obrigações contraídas pelo órgão ou entidade de que trata o § 1º na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação.

§ 6º O poder concedente poderá definir remuneração adequada ao órgão ou entidade de que trata o § 1º, em razão das atividades exercidas no período da prestação temporária do serviço público de energia elétrica. ...

Foi a partir deste artigo que o Ministério de Minas e Energia editou a Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, que aprovou os termos e condições para a prestação do serviço público de distribuição, por órgão ou entidade da administração pública federal.

Citada portaria nada mais é que uma versão adaptada dos contratos de concessão de distribuição para este regime diferenciado, destacando-se, porque mais relevante e uma novidade, a previsão de recebimento de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR (fundo setorial criado pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para prover recurso para pagar indenizações ao final das concessões), com a finalidade de ter uma remuneração adequada para a prestação do serviço, de acordo com o citado parágrafo sexto acima, já que o designado o está explorando em nome da União. Extrai-se da Nota Técnica nº 331/2016-SCT-SRD-SRM-SRG-SGT-SFF-SFE-ASD/ANEEL, de 13 de setembro de 2016, que analisou a Resolução trecho que leciona de maneira clara o que vem a ser este empréstimo:

6. Em 28 de julho de 2016, por meio da Portaria 388/2016, o Ministério de Minas e Energia – MME definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou entidade da administração pública federal, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei n. 12.783/2013. A Portaria define que a geração operacional de caixa em quantidade suficiente para assegurar os investimentos em reposição e o pagamento dos juros da dívida passa a ser a condição mínima de sustentabilidade a ser conferida aos prestadores do serviço. Caso as receitas tarifárias sejam insuficientes para assegurar tal condição, pode ser feito empréstimo de recursos da RGR, nas condições definidas pela ANEEL. Além disso, durante o regime temporário, as compensações individuais relativas aos indicadores de qualidade podem ser revertidas para investimentos na concessão, sem ônus tarifário.

Estes valores foram recentemente atualizados pela Resolução Homologatória nº 2.199, de 17 de janeiro de 2017, que aprova os seguintes valores de Remuneração Adequada de Referência Mensal (R\$):

Amazonas	Boa Vista	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre
68.188.825,30	11.385.980,62	27.611.419,88	39.326.152,48	23.985.177,22	8.948.741,12

A CEA teve seu valor definido mediante Despacho nº 1.295, de 11 de maio de 2017, no valor de R\$ R\$ 17.349.718,11.

Por sua vez, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia responsável pela regulação e fiscalização do setor, regulamentou o assunto via Resolução nº 748, de 29 de novembro de 2016, detalhando todo um regime diferenciado para essa exploração. Levando em consideração que é um designado para atuar em nome da própria União,

a mesma Nota Técnica da ANEEL detalha os eixos gerais utilizados na Resolução nº 748, de 2016:

10. Com relação à gestão, não cabe à ANEEL tomar decisão quanto aos gestores, como no caso de uma Intervenção Administrativa. No entanto, o acompanhamento das ações da nova administração ao longo do período de prestação temporária, bem como os mecanismos de incentivo a serem adotados devem incentivar os gestores a melhorar o desempenho dessas empresas, especialmente nas dimensões de custos operacionais, perdas e qualidade do serviço. Outra preocupação relevante é que a gestão garanta adimplência setorial e assegure qualidade às informações encaminhadas ao regulador. Além disso, deve haver melhoria da gestão dado que a Medida Provisória n. 735/2016 traz a possibilidade de licitação para a troca de controle do prestador do serviço, quando for pessoa jurídica sob controle direto ou indireto da União, associado a um novo contrato de concessão pelo prazo de 30 anos. Nesse sentido, a melhoria da gestão agrega valor no processo de troca de controle societário, viabilizando a solução definitiva.

11. No que se refere às receitas reguladas, há condições específicas para a prestação do serviço temporário e outras que independem do mesmo. Entre as condições específicas, estão a possibilidade de reverter compensações por violação de indicadores individuais de qualidade para investimentos na área de concessão (investimentos não remunerados pelas tarifas); de voltar a aplicar reajustes e revisões tarifárias bem como receber recursos da CCC, CDE e RGR nas condições definidas pela ANEEL. Com relação às medidas que independem da prestação temporária do serviço, mas coincidem com

as distribuidoras nesta condição, estão a flexibilização dos referenciais regulatórios de perdas para fins de cálculo dos reajustes e dos repasses da CCC.

12. Por fim, a ANEEL deve regular as condições do empréstimo de recursos da RGR para assegurar a condição mínima de sustentabilidade das distribuidoras em regime temporário, ou seja, assegurar que haja recursos suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações setoriais (compra de energia, transmissão de energia e encargos setoriais), as despesas para operação e manutenção relativas à atividade de distribuição, os investimentos mínimos em reposição, além do pagamento dos juros da dívida.

Desta forma, as distribuidoras designadas terão suas tarifas revisadas e reajustadas; receber empréstimo da RGR para ajustar seu caixa; utilizar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade referentes à continuidade do serviço e ao nível de tensão para realização de investimentos na área de concessão; apresentar um plano de prestação temporária do serviço relativo ao período de designação e comparecer mensalmente à ANEEL para prestar contas a respeito de sua execução; apresentar trimestralmente para a ANEEL um relatório, atestado pelo Conselho Fiscal, relativo ao cumprimento do plano de prestação; assinar Termo de Compromisso se comprometendo com os itens aqui mencionados, inclusive com assinatura do acionista controlador, como interveniente.

Relativamente às sanções, foi estabelecido um regime especial em que não serão imputadas às designadas penalidades, já que atuam em nome

da União. As fiscalizações iniciadas antes do período de designação serão finalizadas, podendo ser imputada multa, contudo com a cobrança suspensa. Recentemente, a possibilidade de ser suspensa a cobrança de multas das designadas foi revogada foi pela Resolução Normativa nº 769, de 23 de maio de 2017.

Quanto à inadimplência setorial, as distribuidoras poderão receber recursos da RGR, da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, referente ao período de designação. Eventuais créditos retidos referentes pré-período de designação poderão ser liberados diretamente aos credores, mediante ato específico da Agência.

Outra novidade legislativa que impactou diretamente estas distribuidoras foi aquela relativa à troca de controle acionário destas designadas, juntamente com a licitação da concessão. Porque oportuno, detalha-se à frente.

No dia 22 de junho de 2016, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 735, que basicamente alterou outras leis e trouxe outras inovações estruturais para o setor de energia elétrica. Esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016.

Dois artigos da Medida Provisória nº 735, de 2016, tratam de troca de controle acionário, para fins diversos, porém para neste trabalho apenas um será comentado.

Inicialmente, convém também fazer um breve histórico do contexto em que se insere. A já comentada Medida Provisória nº 579, de 2012 cuidou das prorrogações de concessões antigas nas áreas de geração,

transmissão e distribuição. Conforme esta norma, os concessionários interessados poderiam solicitar ao poder concedente o aditamento de seus contratos, para explorar estes ativos por mais trinta anos, conforme as diretrizes ali dispostas.

Esta mesma Norma também disciplinava o que aconteceria nos casos em que o concessionário não manifestasse interesse em aderir à Medida Provisória nº 579/2016 (como de fato ocorreu com CESP, COPEL e CEMIG) ou mesmo tivesse seu pleito indeferido: os bens servíveis à continuidade da prestação do serviço de eletricidade seriam revertidos para a União, que pagaria uma indenização correspondente aos investimentos ainda não totalmente amortizados ou não depreciados e, ato seguinte, deve licitar estas concessões.

Com esta licitação, o poder concedente outorgaria a um novo concessionário a exploração destes ativos, por também 30 anos, e poderia receber uma bonificação pela outorga, algo semelhante ao pagamento pelo uso do bem público que antes era o critério utilizado pelo setor elétrico para promover as licitações para exploração dos serviços de geração de energia, ou o bônus de assinatura das licitações de concessão ou partilha de petróleo. É um bônus que a União recebe pelo fato do particular estar explorando economicamente um bem ou serviço de que é titular a coletividade – a União.

Agora, faculta a Lei nº 13.360, de 2016, que a União associe a esta licitação a troca do controle acionário das antigas titulares das concessões extintas, desde que a própria União seja seu controlador

direto ou indireto, mantendo-se ao final o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Mesmo tendo sido extinta a concessão, o antigo concessionário pode vender o seu controle acionário e com esta medida ganhar mais 30 anos para exploração daqueles ativos, desde que com novo controlador, podendo também nos primeiros cinco anos da licitação haver um deslocamento das obrigações assumidas decorrentes do certame.

Esta prerrogativa também foi estendida para o prestador cujo controlador for pessoa jurídica sobre controle direto ou indireto do Estado, Distrito Federal ou Município, porem com eficácia limitada a que a licitação para troca de controle ocorra até o dia 28 de fevereiro de 2018.

Feita esta digressão geral sobre as normas que regem este regime, passa-se a detalhar a situação das distribuidoras da Eletrobrás.

3. Distribuidoras do Grupo Eletrobrás

As distribuidoras de energia elétrica do Grupo Eletrobrás atuam nas áreas de concessão do Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima (AME, ELETROACRE, CERON, CEPISA, CEAL e BOA VISTA).

Mesmo o acionista tendo decidido empresarialmente não aderir à renovação de suas concessões de distribuição no prazo estipulado na lei, elas foram Designadas via Portarias específicas do Ministério de Minas e Energia para continuar na exploração do serviço até que o poder concedente organize a licitação que fará a troca do controle acionário da Eletrobrás para o particular e outorgue nova concessão para a distribuição de energia nos seus respectivos Estados, por mais 30 anos.

Isso porque estas empresas compõem a administração pública federal indireta.

A Designação prevista nas Portarias (nº 420, 421, 422, 423, 424 e 425, todas publicadas no Diário Oficial da União em 3 de agosto de 2016) vale até o dia 31 de dezembro de 2017. Desta forma até esta data a União juntamente com a Eletrobrás deve promover a troca de controle acionário. Sai o acionista majoritário, que é a Eletrobrás e entra um particular, num processo de privatização. Veja a redação, *ipsis litteris*, da Portaria nº 420, de 3 de agosto de 2016, que designou a Amazonas Distribuidora de Energia S.A, a título de exemplo:

Art. 1º Designar, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 2.414, Cachoeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.341.467/0001-20, como Responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

Também foi previsto nestes atos um reajuste tarifário em novembro de 2016, e uma revisão das tarifas em 31 de agosto de 2017, revisão esta posteriormente revogada pela Portaria nº 23, de 24 de janeiro de 2017.

A CERR, que atendia ao interior do Estado de Roraima, não teve sua concessão prorrogada, conforme Despacho do Ministro de Minas e Energia de 3 de agosto de 2016. A Boa Vista Energia foi designada para prestar serviço na área antes por ela atendida. Assim, todo o Estado de Roraima passará a ser atendido por uma única distribuidora.

3.1. CEA

A CEA não teve seu pedido de renovação de concessão deferido, então optou, conforme permissivo contido na Lei nº 12.783, de 2013, permanecer na prestação do serviço. Destaca-se aqui que a situação dela não é de designação para atuação em nome da União, tal qual as distribuidoras da Eletrobrás, mas de se manter na continuidade da prestação do serviço até assunção de novo concessionário.

Desta forma, foi publicada a Portaria MME nº 442, de 23 de agosto de 2016, nos seguintes termos:

Art. 1º Designar, nos termos do art. 9º, caput, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, com sede na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, no 1900, Central, Município de Macapá, Estado do Amapá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.965.546/0001-09, como Responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

E estando estas duas modalidades de prestação do serviço dentro do mesmo art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013, a Estatal Estadual pode gozar das mesmas prerrogativas daquelas, como receber empréstimo de RGR e recursos represados de CCC, CDE e RGR.

Mais que isso, também foi conferida à CEA, que tem como acionista controlador o Estado do Amapá, a prerrogativa de, juntamente com a licitação para a concessão do serviço, fazer a troca do controle acionário.

A diferença é que neste caso a Lei deu um prazo máximo para que ocorra esta troca: até 30 de junho de 2018. Registre-se o artigo 5º da Lei nº 13.360, de 2016:

§ 1º-C. Quando o prestador do serviço for pessoa jurídica sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, é facultado à União outorgar contrato de concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;

II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

4. Privatizações e Alteração na Lei do PND

Como informado no corpo deste estudo, a União pode promover a licitação das concessões de distribuição associada à troca do controle acionário do antigo concessionário, desde que seja seu controlado direto ou indireto. É o caso das distribuidoras da Eletrobrás, que é controlada pela União.

Segundo a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, tal modalidade de licitação é considerada uma privatização, já que promove a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade (art. 2º, §1º, alínea b).

Caso a União opte por esta modalidade de licitação (troca de controle acionário juntamente com a concessão para exploração de serviço), pode haver a cobrança pela bonificação pela outorga, mas o relevante destaque é o fato de que o acionista majoritário, ao vender seu controle,

também se apropriará de um ganho resultante desta licitação. A depender do valor de mercado destas empresas, a Eletrobrás também poderá ganhar bastante com a operação, já que está vendendo suas ações.

Outro aspecto notável é que nesta situação não há necessidade de reversão dos bens, já que não há mudança no CNPJ, mas sim alteração do acionista majoritário, de sorte que a União não precisará pagar indenização por ativos não amortizados ou não depreciados.

A alteração, justifica a União, é um grande esforço que o governo está envidando para viabilizar as concessionárias de distribuição sob controle público, conforme item 8 da Exposição de Motivos Interministerial que justificou a edição da Medida Provisória nº 735, de 2016:

8. Adicionalmente, considerando o grande esforço que o governo está envidando para viabilizar as concessionárias de distribuição sob controle público, é oportuno e urgente a proposição de alteração legal que permita assinatura de novo contrato de concessão a partir da transferência do controle acionário, mediante processo licitatório, bem como, alternativamente, possibilitar a assinatura de termo aditivo com a finalidade de deslocar temporalmente as obrigações do contrato de concessão, de modo a compatibilizá-las com a data de assunção da pessoa jurídica pelo novo controlador.

Ao que parece, a alteração será exitosa, com ganhos para a União, Eletrobrás e para a própria prestação do serviço de distribuição ao transferir o controle das concessionárias para o particular.

Neste aspecto, convém registrar os benefícios sugeridos pela União na Exposição de Motivos para justificar tal inserção: *I - evitar o ônus da União em ter que apurar e indenizar os bens reversíveis; II - evitar a*

liquidação da empresa que perde o contrato de concessão, com ônus para funcionários, credores, fornecedores, etc.; III - preservar empregos diretos e indiretos, contratos de fornecimento de equipamentos, direitos dos credores, etc; e IV - trazer maior celeridade e continuidade do serviço público prestado. (item 10 da EMI).

Vale também apontar que no último dia 2 de maio, a ANEEL aprovou a nova minuta de contrato de concessão para a privatização destas empresas, conforme notícia extraída do site da Agência:

2. Processo: 48500.005628/2016-62. **Assunto:** Resultado da Audiência Pública nº 94/2016, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da elaboração do novo contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, em atendimento ao disposto no §1ºA do art. 8º da Lei nº 12.783/2013. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT. **Relator:** Diretor Tiago de Barros Correia. **Decisão:** A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) aprovar a minuta de Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, anexa ao voto do Diretor-Relator, para utilização nos processos de licitação de que trata o §1º-A do art. 8º da Lei nº 12.783/2013; e (ii) encaminhar a referida minuta de Contrato ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Alinhado ao processo de troca de controle acionário previsto na Lei 13.360, de 2016, nos casos em que o acionista controlador direto ou indireto é a União, deve haver obediência também à falada Lei nº 9.491, de 1997, conhecida como Lei da Privatização.

Aqui se remete novamente ao caso das empresas distribuidoras Designadas do Grupo Eletrobrás. A respectiva licitação de troca de seu controle acionário deve cumprir o rito da Lei nº 9.491/1997, que tem suas instâncias próprias de burocracia (como por exemplo devem ser incluídas no Plano Nacional de Desestatização pelo Conselho Nacional de Desestatização, via Resolução específica, bem como alinhar algumas diretrizes para o processo licitatório, tal qual foi feito com a privatização da CELG-D).

Neste contexto, a alteração trazida pela Lei permite a inversão das fases de habilitação e julgamento, sendo certo que nesses casos somente será avaliada a documentação do vencedor da licitação. Essa inversão já é permitida nos leilões de concessão de geração e transmissão e evita um trabalho enorme de avaliar a documentação de todos os participantes da licitação, para fins de atestar sua regularidade.

5. Conclusão

Mudanças estruturais no setor de energia elétrica foram provocadas pela publicação da Medida Provisória nº 579/2012. Desde então, o que se viu foi a edição de diversas outras normas que ora pretendiam complementar as diretrizes ali dispostas, ora modificavam seu próprio conteúdo.

Essas mudanças também provocaram este novo regime de prestação de serviço público de distribuição, em que a empresa atua diretamente em nome da União. Com isso, surge um regime excepcional, com características e prerrogativas diferentes que visam, ao final do processo, a troca do controle acionário da empresa. Noutras palavras, o sucesso da designação poderá ser medido com o êxito do processo de privatização.

Desta forma, uma avaliação mais precisa somente poderá ser feita quando as licitações ocorrerem, mas nada impede já se vislumbrar um esforço da União em fazer ajustes estruturais necessários que viabilizarão a licitação e atingirão o Grupo Eletrobrás. Afinal, como acionista controlador das empresas distribuidoras designadas, quanto mais valor de mercado a elas se agregar, mais a Eletrobrás ganhará com a privatização.

Também se pode afirmar que as empresas têm, nessa nova gestão, envidado esforços para adequar seus níveis de qualidade do fornecimento da energia elétrica e também ajustar seus caixas, tudo em prol da exitosa troca de controle acionário, mas também, porque o mais relevante nesta cadeia, a satisfação do consumidor final.

Nessa linha, à título de sugestão de trabalhos futuros, poderia se avaliar um próprio estudo de caso concreto de uma das designadas que passarão pelo processo de privatização. Poderia ser avaliado tanto a gestão que a empresa empreendeu para que o resultado da privatização seja positivo como também as respectivas consequências para a empresa e para a prestação do serviço.

Outra hipótese é avaliar o que acontecerá e como será a prestação do serviço nestas regiões se não ocorrerem interessados na compra das empresas. Há de se lembrar que a concessão já foi extinta e a designação para as distribuidoras atuarem em nome da União não pode ser eterna. Uma alternativa a ser estudada seria a licitação da concessão pura (serviços e ativos vinculados ao serviço), sem a vinculação ao CNPJ

da antiga detentora. Isso poderia agregar mais valor à concessão e trazer um retorno à União (que receberia bonificação pela outorga).

6. Bibliografia

Medida Provisória N° 735, de 22 de junho de 2016. Altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências. Brasília, jun. 2016.

Medida Provisória N° 579, de 11 de setembro de 2012. Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Brasília, out. 2012.

Exposição de Motivos Interministerial nº 00126/2016 MPDG MME, de 22 de junho de 2016.

Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.

Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016. Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995,

a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015; e dá outras providências.